

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Planalto tenta evitar novo bloqueio das despesas	2
Título: Fundo bilionário da Petrobras continua sem destino.....	3
Título: Chile freia com resultado fraco do setor de mineração	5
Título: Golar planeja mais dois projetos de GNL.....	6
Título: Especialista diz que é difícil prever queda do gás no país	8
Título: Engie coloca à venda usinas solares no Rio Grande do Norte	10
Título: Risco de colapso da barragem da Vale é de 15%.....	11
Título: CBA vai investir R\$ 300 milhões em processamento a seco de resíduos	13
Título: Naufrágio pode atrasar projeto da Petrobras	14
Título: BC projeta alta maior que mercado para preços administrados	15
Título: Bolsonaro critica classe política, mas elogia Congresso	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: ‘Petrobrás e Estados têm de sair da distribuição’	20
Título: Situação só piorou, dizem caminhoneiros um ano após greve que paralisou o País ..	22
Título: WhatsApp é o canal mais usado para categoria manifestar insatisfação	23
Título: Rendimento de autônomos caiu 20%, aponta estudo	25
Título: Novo bloqueio deve ser inferior a R\$ 5 bi	26
Título: Risco de mais um rompimento em Minas é de até 15%	27
- VEÍCULO: O Globo	29
Título: Chance de barragem em MG se romper é de até 15%.....	29
Título: Plataformas obsoletas	30
Título: O contingenciamento e papai Noel	30

Título: Maiores infratores ambientais são os que menos pagam ao Ibama 32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Carla Araújo e Fabio Graner | De Brasília

Título: Planalto tenta evitar novo bloqueio das despesas

Com o presidente Jair Bolsonaro sensibilizado pelos protestos em torno do contingenciamento de recursos para a Educação, o governo trabalha para tentar evitar novo bloqueio de despesa, como era esperado. Segundo fontes que participaram da reunião da Junta Orçamentária (JEO) nesta segunda-feira, já existiria pelo menos uma possibilidade de não ter que cortar mais limites orçamentários e financeiros dos ministérios, que já estão trabalhando com pouco espaço.

A ideia seria utilizar os recursos da reserva orçamentária que foi criada no último relatório bimestral e que somava R\$ 5,3 bilhões. Essa rubrica poderia ser destinada para qualquer despesa, entre elas, a capitalização de empresas estatais. Com isso, o governo conseguiria adequar sua estrutura de gastos para garantir o cumprimento da meta fiscal sem impor sacrifícios adicionais para os ministros.

Nas contas dos técnicos há cerca de duas semanas, a frustração de receitas apontava a possibilidade de contingenciamento adicional de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões. Em março, foram bloqueados 29,8 bilhões, além da criação da reserva técnica.

Mas a equipe do ministro Paulo Guedes nos últimos dias estava conseguindo encontrar algumas receitas extraordinárias a serem incorporadas às estimativas para o ano, além de revisar para baixo algumas despesas. Com isso, tornou-se concreto o risco de o corte de verbas ficar abaixo do piso de R\$ 5 bilhões que se falava anteriormente.

Nesse contexto de um quadro um pouco menos apertado do que se desenhava há 15 dias e com a preocupação política de não se alimentar movimentos contrários ao governo foi que surgiu a ideia de se usar a reserva de contingência para acomodar a necessidade de corte apontada nas contas dos técnicos para

se garantir o cumprimento da meta fiscal de déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central neste ano.

O principal motivo para o governo fazer todo esse ajuste orçamentário é a perda de arrecadação causada pela deterioração da atividade econômica, que tem decepcionado e colocado no radar dos analistas até a possibilidade de uma nova recessão.

O governo oficialmente ainda trabalha com 2,2% de expansão da economia para este ano, mas este número será reduzido na divulgação do relatório bimestral amanhã. Nos bastidores, há cerca de duas semanas, a estimativa dos técnicos do governo apontava para uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 1,5% para este ano, número que poderia ainda ser alterado, mas já começa a parecer otimista, dado que o mercado na média tem migrado para estimativas em torno de 1% de expansão da atividade. Além do PIB, fatores como a inflação afetam as previsões de receita.

No decreto de programação orçamentária e financeira de março, o governo fez duros cortes em pastas como Defesa, Educação, Infraestrutura e **Minas e Energia**, bloqueando ainda emendas parlamentares, inclusive as impositivas de bancada e individuais. Os cortes na Educação, que totalizaram R\$ 5,8 bilhões, atingiram em grande medida as universidades federais, embora outros programas para educação básica também tenham sido atingidos. Isso ensejou fortes protestos que se somaram a um ambiente político mais conturbado para o governo. **(Colaborou Fábio Pupo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Política

Autor: Isadora Peron e Mariana Muniz | De Brasília

Título: Fundo bilionário da Petrobras continua sem destino

Após suspender a criação da "fundação da Lava-Jato", o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), debate com o governo e o Ministério Público Federal qual o melhor destino para os R\$ 2,5 bilhões pagos pela Petrobras como parte de um acordo fechado pelos procuradores do Paraná com autoridades americanas.

Nomes que participam da discussão afirmam que o dinheiro vai sair do Supremo com uma rubrica certa e não apenas voltar para os cofres da União. O grupo também trabalha para encontrar um formato jurídico que faça com que esses recursos não fiquem submetidos à regra do teto de gastos públicos.

A norma, aprovada em 2016 durante o governo Michel Temer, impõe por 20 anos um limite ao governo de crescimento para os gastos públicos: o índice de inflação do ano anterior.

Uma das saídas estudadas é que o dinheiro volte para o Tesouro na forma de "crédito extraordinário", uma das modalidades que não estão incluídas no novo regime fiscal.

Interlocutores do ministro do STF afirmam que o mais provável é que o dinheiro seja investido em projetos das áreas da educação, saúde e segurança pública. Com o corte de 30% no orçamento das universidades, Moraes estaria propenso a direcionar o dinheiro para o custeio das instituições federais.

Outra possibilidade que agrada ao ministro, que tem como bandeira o combate ao crime organizado, é que os recursos sejam revertidos para a melhoria do sistema penitenciário.

Um dia depois dos protestos contra o contingenciamento das verbas da educação, o presidente Jair Bolsonaro disse que gostaria que o dinheiro fosse direcionado para a pasta e também para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Para isso, disse que contava com a ajuda da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que tem defendido a tese de que os recursos deveriam custear projetos do MEC.

"Um acordo aqui bastante complexo, a multa de R\$ 2,5 bilhões da Petrobras está voltando para o Brasil e pode ser aplicada em algo que não tenha a ver com Petrobras. Pelo que tudo indica, devemos levar esse recurso, com a participação muito ativa da senhora Raquel Dodge, para o Ministério da Educação. Gostaria de em parte, até se for possível, levar para Ministério da Ciência e Tecnologia. A gente precisa investir em pesquisa", disse ao fazer a sua live semanal no Facebook.

Ao **Valor**, o advogado-geral da União, André Mendonça, afirmou que a possibilidade estudada pelo governo era que a quantia fosse dividida entre as pastas da saúde e da educação. "Ainda não há uma definição de qual porcentual iria para cada pasta, mas são as duas áreas que os recursos poderiam ser canalizados", disse o AGU.

Correndo por fora, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, tem feito um apelo ao ministro do STF para que pelo menos parte dos R\$ 2,5 bilhões seja transferido para a pasta.

Como mostrou o **Valor**, Moro está preocupado com a possibilidade de que os cortes e remanejamentos de verbas - que já tiraram R\$ 1,1 bilhão da pasta - possam prejudicar a realização de operações pela Polícia Federal.

Até o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, já pediu para ficar com metade do montante bilionário. Em petição enviada ao Supremo, argumentou que a Lava-Jato levou à "destruição" de mais de 500 mil postos de trabalho e que a cidade do Rio havia sido uma das mais prejudicadas, pois é onde fica a Petrobras.

Inicialmente, a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba idealizou que o dinheiro da estatal poderia alimentar uma espécie de fundo anticorrupção, que seria gerido por uma fundação privada em que os procuradores teriam poder de decisão.

Metade do valor pago pela Petrobras - cerca de R\$ 1,25 bilhão - seria aplicado nesse fundo, que distribuiria os rendimentos para projetos de combate à corrupção. A outra metade seria destinada ao ressarcimento de acionistas prejudicados nos últimos anos.

A ideia causou polêmica e levou a própria PGR a pedir ao Supremo a anulação do acordo. Na ação de Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada por Dodge, a PGR afirma que os procuradores extrapolaram suas atribuições ao decidir criar o fundo e determinar a destinação dos valores. Todo o acordo foi suspenso por Moraes em março.

Críticos da fundação viram na iniciativa da Lava-Jato a tentativa de viabilizar um "orçamento paralelo", sem aval do Congresso ou do governo federal. Para detratores da atuação do MPF em Curitiba, seriam grandes os riscos de dar o controle de um montante bilionário a um "movimento com ambições políticas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Chile freia com resultado fraco do setor de mineração

O Chile cresceu menos do que o esperado no primeiro trimestre. Segundo informe do Banco Central chileno divulgado ontem, o PIB cresceu 1,6% de janeiro a março, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Economistas privados esperavam crescimento de 1,8% para o trimestre.

O resultado ficou abaixo do crescimento de 3,6% do trimestre anterior e deve-se a um pior desempenho do setor de mineração.

De acordo com o relatório do BC, a atividade do setor de mineração caiu 3,6% na comparação com o primeiro trimestre de 2018. Trata-se do pior desempenho desde o segundo trimestre de 2017, quando caiu 4,8%. Na comparação com o último trimestre do ano passado, a queda foi de 4,7%.

Claudio González, da consultoria GH Capital Invest, em Santiago do Chile, afirma que a produção foi prejudicada por chuvas no norte do país durante o verão e greves pontuais no setor. "O crescimento dos próximos trimestres dependerá da recuperação do setor", diz.

Segundo o relatório sobre o PIB, os setores agropecuário e manufatureiro também tiveram contração, e o setor de serviços expandiu.

As exportações de bens e serviços caíram 1,8%, enquanto as importações cresceram 2,3%. A queda das exportações é resultado da redução das vendas de minérios como o cobre - que responde por 50% do total exportado pelo Chile.

Segundo Felipe Camargo, economista da consultoria Oxford Economics, trata-se de uma questão de volume e não de preço. No acumulado do ano até abril, o preço do cobre subiu 7,6%.

Ele diz ainda que o cenário de guerra comercial entre China e EUA é um desafio para o Chile. "Donald Trump veio com tarifas aos bens chineses, o que fará a China exportar menos e, consequentemente, diminuir sua capacidade de importar. Isso é má notícia para exportações chilenas."

Nos próximos trimestres a economia chilena deve desacelerar, diz Quinn Markwith, da consultoria Capital Economics. A previsão é que o Chile cresça 2,5% neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Golar planeja mais dois projetos de GNL

Dona do primeiro terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) privado do país, a Golar Power, joint venture entre a norueguesa Golar e o fundo norte-americano Stonepeak, planeja investir em outros dois novos terminais do tipo no Brasil, com investimentos de quase US\$ 1 bilhão, e atuar

em parceria com distribuidoras estaduais de gás para ampliar o fornecimento do energético nas áreas de concessão dessas empresas.

No momento em que o governo discute formas para tornar a indústria brasileira mais competitiva, a estratégia da Golar Power é baseada em dois benefícios estimados para o país: reduzir o custo da energia elétrica e diminuir o volume de importação de diesel, cujo preço é sujeito à volatilidade do mercado internacional.

"Estamos tentando fomentar uma solução alternativa que consiga endereçar os problemas mais nevrálgicos do país, que são o preço da energia elétrica e todas as questões do preço do óleo diesel. Temos a filosofia de que o mercado tem que ser livre. A melhor solução para viabilizar a redução do preço do frete, do preço do combustível, é substituir a parcela importada de diesel por GNL", afirmou o presidente mundial da Golar Power, o brasileiro Eduardo Antonello, que fica baseado em Londres.

Empresa já constrói uma usina em Sergipe, com a Celse, de 1,5 mil MW, que está com cerca de 90 % das obras concluídas

Embora seja favorável à discussão em curso no governo sobre a reforma do mercado de gás, com perspectiva de redução do custo do energético para a indústria a partir de uma maior abertura do segmento para investidores privados, a Golar Power vem desenvolvendo, em paralelo, um plano para ampliar sua atuação no país mesmo com o arcabouço regulatório atual.

A companhia já tem investimentos na Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), dona de um projeto termelétrico a gás acoplado a um terminal de regaseificação em construção em Barra dos Coqueiros (SE). A usina, que terá capacidade instalada de 1,5 mil megawatts (MW), está com cerca de 90 % das obras concluídas e está prevista para entrar em operação comercial em janeiro de 2020.

A Golar Power tem participação de 50% na Celse, em parceria com a EBrasil. Com financiamento de R\$ 5 bilhões com bancos e organismos multilaterais (sendo 90% para térmica e 10% para o terminal), a usina é o primeiro grande empreendimento de geração do país a não contar com recursos do BNDES.

Nos planos da companhia estão outros dois projetos de terminal de regaseificação no Brasil, um em São Francisco do Sul (SC) e outro em Barcarena (PA). Ambos tiveram a licença ambiental prévia emitida em março deste ano. O investimento médio em um terminal do porte dos que a empresa pretende construir é de US\$ 400 milhões. Considerando essa média, juntos os terminais demandariam investimentos da ordem de US\$ 800 milhões.

Em Sergipe, o terminal de regaseificação - que será o primeiro de uma empresa privada no país - terá capacidade de processamento de 21 milhões de metros cúbicos diários de gás natural (sendo 15 milhões de m³ ao dia de forma contínua e 21 milhões de m³ ao dia no pico). A termelétrica vai consumir pouco menos de um terço da capacidade total do terminal, abrindo possibilidade de regaseificação de GNL para fornecimento ao mercado.

Segundo Antonello, no entanto, a construção dos novos terminais não depende necessariamente da implantação de uma termelétrica associada. "Temos trabalhado para viabilizar os terminais independentemente da demanda térmica estar garantida".

A estratégia da empresa é viabilizar a entrada do gás natural em mercados que utilizam o diesel. Competindo com um combustível mais caro e poluente, a companhia espera viabilizar mais facilmente a penetração do gás. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o consumo de diesel no Brasil em 2018 somou 50,167 bilhões de litros. Desse total, a dependência externa foi de 21,3%.

"Estamos trabalhando na logística de distribuição, primeiramente para a região Nordeste, a partir de Sergipe, mas também estamos focados hoje em estabelecer um terminal no Pará. Já temos uma licença prévia em Barcarena em que esperamos iniciar as obras ainda este ano. É um terminal que consideramos o mais estratégico para o país, que é justamente para viabilizar o suprimento da região Norte do país com gás, em substituição a combustíveis líquidos que existem lá", acrescentou Antonello.

Considerando que 95% dos municípios do país não possuem gasodutos, a companhia acredita na possibilidade de crescimento do mercado de gás por meio de GNL, a partir de instalação de plantas de liquefação e regaseificação, viabilizando a capilaridade do energético no país. Segundo a empresa, com GNL, é possível levar o gás para praticamente qualquer lugar do país em menos de um ano, enquanto que por gasodutos existem casos de quase dez anos para implementação da infraestrutura, além da necessidade de um grande consumidor para ancorar a demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Especialista diz que é difícil prever queda do gás no país

A abertura do mercado de gás natural em estudo pelo governo pode acarretar em redução de custos para o consumidor final, principalmente as indústrias,

ampliando a competitividade delas, porém não é possível precisar que essa queda será de 50%, como quer o Ministério da Economia, de acordo com a avaliação de Ashley Brown, especialista em regulação de infraestrutura e diretor executivo da Harvard Electricity Policy Group (HEPG).

Segundo ele, a quebra de um monopólio como o da Petrobras trará eficiências que possibilitarão a redução de custos. Por outro lado, o preço do gás, por si só, é volátil e a alocação de riscos deixará de ser de um ente público para ser assumido por investidores privados, que precificarão esse fator em seus cálculos.

"Não é algo que você consegue prever. Se eu fosse arriscar, diria que os preços vão cair porque hoje temos um mercado ineficiente. Mas dizer que será de 50%, não tem como saber", afirmou o especialista, que esteve este mês no Brasil, para uma série de compromissos acadêmicos, em parceria com o Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (Ceri/FGV), no Rio.

Ex-integrante da agência reguladora de serviços públicos de Ohio, nos Estados Unidos, e ex-consultor da agência reguladora de gás da Argentina (Enargas), Brown diz que o Brasil precisa realmente fazer uma reforma no mercado de gás para tornar o país mais competitivo. "O preço do gás no Brasil é mais de três vezes o preço no mercado dos Estados Unidos. Há razões para justificar um preço mais alto, mas três vezes mais?"

Defensor da instalação de um mercado "spot" (à vista) de gás natural, o especialista acredita que a medida traria a liquidez necessária para o mercado e para a comercialização do produto para termelétricas, cujo funcionamento é flexível, ou seja, quando há menos água nos reservatórios hidrelétricos ou menos produção de energia eólica e solar.

Brown é contra a ideia de contratação de térmicas "na base", jargão do setor para a operação contínua dessas usinas, para justificar a comercialização do gás. Para ele, isso seria um subsídio cruzado. "Não pode jogar o custo [da logística e fornecimento do gás] nas costas da termelétrica. Basicamente, você estaria usando o setor elétrico para subsidiar outros usos do gás natural. Não acho que faria muito sentido. O [mercado de] gás natural deveria ser autossuficiente", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Maria Luíza Filgueiras | Do Rio e de São Paulo****Título: Engie coloca à venda usinas solares no Rio Grande do Norte**

A francesa Engie vai colocar à venda um grupo de usinas de energia solar no Brasil, apurou o **Valor**. A companhia multinacional contratou o Goldman Sachs para realizar o negócio.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o processo, que está em etapa inicial, prevê a venda parcial ou integral dos complexos de Floresta, de 86 megawatts (MW) de capacidade, e de Assu V, de 30 MW, ambos instalados no Rio Grande do Norte. Existe também a possibilidade de venda do complexo solar de Paracatu, em Minas Gerais, de 133 MW.

Os projetos pertenciam inicialmente à Solairedirect, empresa desenvolvedora e operadora de instalações solares adquirida pelo grupo francês em 2015. Na ocasião, a Engie comprou 95% da empresa por € 200 milhões.

O objetivo da Engie, apurou o **Valor**, é buscar um sócio para administrar os projetos em parceria, ou se desfazer dos ativos, que já estão em operação. A estratégia faz parte do modelo de negócio do grupo que envolve a construção de projetos para vendê-los após concluídos, eventualmente mantendo a prestação do serviço de operação e manutenção (O&M), conhecido como "build and sell".

Procurados, Engie e Goldman Sachs não comentaram o assunto.

A venda dos ativos faz parte da gestão de portfólio da companhia francesa. O investimento no setor de energia solar, contudo, continua sendo uma das prioridades do grupo francês, inclusive no Brasil, dentro da estratégia de descarbonização e descentralização da companhia.

Maior gerador privado de energia do Brasil, a Engie recentemente assinou contrato para adquirir 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, junto com o fundo canadense Caisse Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por US\$ 8,6 bilhões. A expectativa é que a operação seja concluída entre maio e junho.

O grupo francês continua estudando novas oportunidades nas áreas de energia elétrica e gás natural. No mercado de gás, a companhia também tem interesse no segmento de distribuição. No setor elétrico, as atenções são voltadas para as

áreas de geração e transmissão, podendo participar de leilões de novos projetos ou negociando a aquisição de ativos já em construção ou operacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Raquel Brandão e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília

Título: Risco de colapso da barragem da Vale é de 15%

Em meio a apreensão da possibilidade de rompimento de mais uma barragem de rejeito de minério de ferro em Minas Gerais, o secretário estadual de Meio Ambiente, Germano Vieira, disse que o rompimento do talude da barragem da Vale em Barão de Cocais (MG) é "inevitável" e, caso se rompa, o risco de toda a barragem colapsar é de 15%.

"O rompimento do talude vai acontecer. Há uma questão imponderável se esse rompimento do talude na cava, se ele vai afetar a barragem. Isso não é possível precisar. Adianto para vocês que o consultor desta auditoria independente, que é uma empresa estrangeira, registrou que esta chance é de uma em dez ou uma em oito. O que levaria de 10% a 15% de probabilidade", disse o secretário ao site G1, durante o lançamento do plano de segurança para comunidades que estão localizadas próximas as barragens de rejeito, ontem em Belo Horizonte.

Em nota, a mineradora ressaltou que não há elementos técnicos até o momento para se afirmar que o eventual escorregamento do talude norte da cava da mina Gongo Soco desencadeará gatilho para ruptura da barragem Sul Superior da mina que está desativada desde 2016.

Vieira afirmou, ainda, que no domingo ocorreu em Barão de Cocais uma reunião entre a pasta e representantes da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Trabalho, da Defesa Civil, da Agência Nacional de Mineração (ANM), da empresa responsável pela barragem e auditoria independente para tratar das ações e monitoramento na região.

A agência também dá como certo o rompimento do talude da cava em Congo Soco da Vale. Devido ao risco verificado, a agência suspendeu as atividades que vinham sendo desenvolvidas no complexo minerário desde sexta-feira, permitindo apenas "operações seguras para recuperar a estabilidade das estruturas".

"O talude da cava vai se romper com a gravidade, isso é um fato. O que estamos fazendo agora é minimizando os riscos, evitando que pessoas transitem dentro da cava ou que sejam atingidas", diz o diretor da ANM, Eduardo Leão, em nota.

A agência informou que foi acionada pela mineradora sobre a situação da mina na noite do último dia 13. Ainda de acordo com a ANM, o talude norte da cava de Gongo Soco estava se deslocando 10 centímetros por ano desde 2012, o que seria considerada "medida aceitável". Mas, desde o fim de abril, a velocidade do deslocamento aumentou para 5 centímetros por dia.

"Se esta aceleração continuar, o rompimento do talude pode acontecer entre os dias 19 e 25 de maio", registrou a agência, confirmado a previsão divulgada pela Vale na semana passada.

Entre as "providências emergenciais" já determinadas à Vale estão: suspender imediatamente o tráfego do trem de passageiros no trecho do viaduto localizado à jusante da cava; monitorar por vídeo em tempo real as barragens e o deslocamento do talude; e apresentar estudo de comportamento da possível onda gerada pelo rompimento do talude norte, avaliando o impacto nos pilares do viaduto da linha férrea Vitória/Minas.

Seguindo a recomendação da agência do setor, a Vale informou que paralisou, no dia 19 de maio, o transporte de carga no ramal de Belo Horizonte, entre Sabará e Barão de Cocais que é atendido pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

A paralisação é uma medida preventiva e a empresa avalia alternativas para minimizar os impactos decorrentes disso. O trem circula nas imediações da cava da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, onde foram identificadas recentemente movimentações no talude Norte da estrutura.

Segundo a companhia, a medida ficará em vigor até que sejam realizadas análises de risco mais aprofundadas. "A cava e a barragem são monitoradas 24 horas por dia", informou o comunicado da Vale. Para o trem de passageiros, o procedimento já havia sido alterado na quinta-feira. E nesse caso também por tempo indeterminado.

Para a agência, se a barragem se romper, a onda de inundação chegaria em Barão de Cocais em cerca de uma hora. Ressalta ainda que a zona de auto salvamento foi evacuada em fevereiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: CBA vai investir R\$ 300 milhões em processamento a seco de resíduos**

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, vai investir R\$ 300 milhões em um projeto de processamento a seco do resíduo da produção da alumina na usina em Alumínio, no interior de São Paulo. O projeto prevê a compra de três filtros-prensa que retira até 75% da água que é utilizada no beneficiamento da bauxita para produzir a alumina.

O resíduo formado será usado na produção de cimento e na produção de calcário fertilizante. Hoje, no processo atual, a CBA consegue retirar somente 45% da água e a lama que é gerada é armazenada em na barragem de Palmital que fica na usina. O projeto tem início neste ano e a expectativa é que em 2020 já esteja em operação.

Roberto Seno, gerente de tecnologia da CBA, explicou que o projeto está em fase de licenciamento. A empresa já tem licença prévia e com ela em mãos, em 2015, a CBA deu início ao projeto piloto em que comprou o primeiro filtro-prensa que tem 10 metros de comprimento e capacidade de filtragem de 160 toneladas por dia, o que corresponde a 10% da produção diária de resíduo na usina.

"Quando começamos os testes, vimos que poderíamos utilizar todo o resíduo gerado na produção. Com essa filtragem a água gerada no processo ainda tem muito mineral, por um processo químico, retiramos o calcário, que é o que dá a cor avermelhada ao líquido, e reutilizamos a água que sobra no processo de produção de alumina. Ela tem uma quantidade considerável de bauxita, por exemplo. Com isso, vimos que poderemos utilizar bem menos o minério para a produção de alumina", afirmou o executivo.

O "torrão" de terra que é gerado com a filtragem, segundo o executivo, pelos testes realizados pela companhia, pode virar pozolana, que é um insumo para a produção de cimento. "Quando o projeto estiver em operação, 40% do resíduo seco gerado será transformado em pozolana que será destinada à Votorantim Cimentos que tem uma unidade de produção próxima à nossa usina. A pozolana

pode substituir em até 20% o clínquer (escória e calcário), um dos insumos do cimento", afirmou o executivo.

Enquanto o projeto não entra em operação plena, Seno contou que o resíduo seco que foi gerado na fase de testes está armazenado na usina e posteriormente será enviado à Votorantim Cimentos para a transformação em pozolana. "Foi um desenvolvimento conjunto das duas subsidiárias e, assim como para a CBA, o ganho ambiental será significativo, pois, na produção de clínquer a emissão de CO₂ é bem alta."

Seno ressaltou que os três filtros-prensa, de 25 metros de comprimento e capacidade de filtragem de 50 toneladas por hora, serão instalados dentro da usina. O outro equipamento que foi utilizado no projeto piloto será usado para filtrar os resíduos da barragem que tem dois milhões de metros cúbicos de resíduo. "Já conseguimos retirar 56% da água dessa barragem que volta para a operação. A meta é até 2020 conseguirmos secar a barragem. Esse projeto faz parte do plano de descomissionamento da barragem que está previsto para ser concluído em 2040."

O resíduo sólido que surgirá da filtragem da barragem, Seno contou que, pelos testes realizados pela CBA, tem grande quantidade de calcário com propriedades para ser usado como fertilizante. "Estamos em processo de conseguir a licença junto ao Ministério da Agricultura para comercializar esse fertilizante. É um produto que, pela qualidade, temos que posicioná-lo bem dentro do mercado."

Seno ressaltou que essas iniciativas fazem parte de um plano da CBA em agregar valor aos resíduos gerados na produção e com isso estruturar uma nova área de negócios dentro da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Naufrágio pode atrasar projeto da Petrobras

A Petrobras ainda está contabilizando o prejuízo causado pelo naufrágio parcial de dois módulos da plataforma P-71, ocorrido no fim de semana, no litoral de Santa Catarina. Segundo fonte da indústria naval, se confirmada a perda total dos equipamentos, a estatal pode sofrer um atraso de pelo menos um ano no cronograma da plataforma e registrar perdas bilionárias na geração de caixa.

Doze meses é o tempo mínimo necessário para uma nova construção dos módulos no mercado, de acordo com a fonte, se os módulos tiverem de ser contratados novamente do zero. A fonte explica que a tendência é que a estatal seja ressarcida pela seguradora contra os danos aos módulos, avaliados em cerca de US\$ 150 milhões, mas que geralmente não há ressarcimentos contra as perdas de geração de caixa causadas pelo atraso na entrada em operação das plataformas.

Com o preço do barril do petróleo acima dos US\$ 70 nos próximos anos, segundo as estimativas do plano de negócios da Petrobras, as perdas da estatal com um atraso de um ano podem superar US\$ 3,8 bilhões, considerando-se a operação da embarcação a plena capacidade - de 150 mil barris/dia.

Os dois módulos de geração de energia da P-71 estavam sendo transportados por uma balsa da empresa Locar, que naufragou parcialmente na noite de sábado enquanto estava sendo rebocada de Itajaí (SC). Os equipamentos foram construídos pelo consórcio MGT (DM Construtora e TKK Engenharia) e tinham como destino o estaleiro Jurong, em Aracruz (ES), onde estão sendo feitas as obras de integração dos módulos da plataforma.

A P-71 é uma das oito plataformas replicantes (montadas de forma repetida, seguindo o mesmo projeto) contratadas pela Petrobras na indústria local.

Procurada, a Petrobras não respondeu, até o fechamento da edição, aos questionamentos sobre o estado dos módulos e sobre as perdas com o naufrágio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: BC projeta alta maior que mercado para preços administrados

O Banco Central está mais pessimista do que o mercado sobre a inflação de preços administrados, principalmente para o próximo ano. No chamado cenário de referência, que considera câmbio e Selic constantes, o BC trabalha com alta de 5,6% para as tarifas monitoradas por contrato em 2019, enquanto o consenso de analistas consultados pelo boletim Focus aponta aumento de 5,25% no período. Em 2020, a autoridade monetária espera avanço de 5,1% para esse conjunto de preços, número 0,7 ponto percentual maior do que a mediana do mercado para o ano que vem.

Ambas as projeções foram revistas para cima entre o mais recente Relatório de Inflação, publicado no fim de março, e a ata da reunião do Comitê de Política

Monetária (Copom) divulgada na semana passada. Há dois meses, o BC incluía em suas estimativas o dólar cotado a R\$ 3,85. Na semana passada, a taxa de câmbio usada foi de R\$ 3,95. A moeda americana é um componente relevante para prever a inflação de administrados, uma vez que a política de preços de combustíveis da Petrobras repassa as oscilações das cotações externas do petróleo aos preços domésticos.

A gasolina é o item de maior peso dentro desse grupo, que representa cerca de 24% do IPCA. Além do combustível, fazem parte dos administrados preços como tarifa de eletricidade residencial, plano de saúde, transporte público, medicamentos, gás e taxa de água e esgoto. Em comum, todos têm correções determinadas ou influenciadas de alguma forma por órgãos públicos, sem relação com as condições de oferta e demanda.

Com a letargia da atividade, o comportamento dos preços livres segue bastante tranquilo e, por isso, compensaria a pressão maior dos itens regulados, apontam economistas. Do outro lado, as incertezas relacionadas ao câmbio - e seu impacto direto nas tarifas administradas - seriam o principal risco inflacionário no momento. Por isso, defendem alguns analistas, não é possível pensar em corte de juros, mesmo com a inflação de serviços e bens industriais baixa.

Luiz Maciel, responsável pela pesquisa macroeconômica do Bahia Asset Management - instituição que está entre as Top 5, que mais acertam projeções para o IPCA -, nota que, desde fevereiro, a taxa de câmbio usada pela autoridade monetária em seu cenário que considera dólar e juros constantes subiu R\$ 0,25. Essa alteração, em sua visão, puxou as projeções de preços administrados para cima. Maciel ainda destaca a piora nas estimativas para 2020, horizonte que mais importa para a política monetária agora, uma vez que mudanças na taxa Selic demoram de três a quatro trimestres para surtir efeito sobre a atividade.

"O câmbio é o grande argumento para o BC não fazer nada neste momento [em relação à taxa de juros]", diz Maciel, para quem, olhando apenas para os preços que reagem à política monetária, haveria espaço para corte da Selic. Considerando que o BC elevou sua projeção para a alta dos administrados em 2020, mas manteve a previsão para o IPCA no período em 4%, a autoridade monetária trabalha com aumento de apenas 3,6% dos preços livres no próximo ano, calcula o economista. A estimativa para esse recorte não é divulgada pelo BC. "Este é um cenário benigno, e parecido com o nosso."

Economista-sênior do Haitong, Flávio Serrano pondera que os analistas não costumam atualizar tão frequentemente as previsões para os preços administrados como fazem para o IPCA total. Mesmo assim, faz sentido a

projeção mais conservadora do BC para esses itens, que devem continuar subindo mais do que os itens livres em 2020, disse. Serrano ressalta que houve forte e rápida depreciação do câmbio neste mês, o que demandaria novo reajuste da gasolina nas refinarias. Esses preços estão inalterados desde 30 abril, em linha com a nova política de correções mais espaçadas da Petrobras.

Pensando em 2020, a trajetória da gasolina vai depender do que acontecer com o câmbio, maior fonte de incerteza para o cenário inflacionário no período, afirma. Considerando uma acomodação do dólar após a aprovação da reforma da Previdência, o economista estima que os preços administrados vão desacelerar de 5,7% para 5,2% entre este ano e o próximo. A gasolina deve pressionar menos o IPCA em 2020, mas, por outro lado, preços que consideram índices de inflação passada em seus reajustes terão alta maior, pondera.

Para Carlos Thadeu de Freitas Filho, economista-chefe da Ativa Investimentos, o BC pode ter assumido um efeito do petróleo mais caro sobre o IPCA deste ano, o que geraria uma inércia para o ano seguinte. Também mais pessimista do que o consenso de mercado, Freitas calcula que as tarifas administradas vão subir 6,2% em 2019 e 5,8% em 2020.

Recentemente, a Ativa ajustou para cima suas projeções para a inflação total neste ano e no próximo, para 4,2% e 4,1%, respectivamente, também devido ao impacto previsto da peste suína na China sobre os preços de alimentos no mercado doméstico. "Colocamos no nosso cenário um aumento maior de preços administrados devido à gasolina e uma variação maior dos preços de proteínas", disse Freitas.

Ele pondera, no entanto, que, mesmo com o choque de proteínas, suas previsões para a variação dos preços livres seguem modestas, visão da qual o BC aparentemente compartilha. Para a Ativa, os preços definidos livremente pelo mercado vão subir menos que o IPCA em 2019 e também em 2020 (3,6% e 3,9%).

"O BC tem sido surpreendido pelos preços administrados, mas, por outro lado, o efeito líquido que vai ficar na inflação daqui para frente vai ser de preços de serviços mais baixos", comportamento relacionado à retomada fraca da atividade, que não ganha tração, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/05/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Bolsonaro critica classe política, mas elogia Congresso

De maneira contraditória, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, em evento no Rio de Janeiro, que o Brasil é um país que "tem tudo para crescer", mas cujo "grande problema" é a classe política, ao mesmo tempo em que elogiava o Congresso.

"O Brasil é um país maravilhoso, que tem tudo para dar certo. Mas o grande problema é a nossa classe política", disse ele, ao pedir apoio do governador e do prefeito do Rio, Wilson Witzel (PSC) e Marcelo Crivella (PRB), respectivamente. "É o Parlamento, em grande parte, é a Câmara Municipal, é a Assembleia Legislativa. Nós temos que mudar isso", disse o presidente.

No mesmo discurso, entretanto, mostrou-se conciliador em relação à reforma da Previdência, em uma frase que agradou o mercado, produzindo algum alívio na Bolsa e no câmbio no meio do dia. "Se a Câmara e o Senado têm propostas melhores que a nossa [reforma da Previdência], que coloquem em votação. Não há briga entre os Poderes. O que há é uma grande fofoca e, lamentavelmente, parte considerável da nossa mídia se preocupa muito mais com isso do que com a realidade", disse. "O que eu mais quero é conversar", completou Bolsonaro, para uma plateia de empresários na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), onde foi homenageado.

O aceno ocorre dias após o presidente replicar em suas redes sociais um texto que dizia que o país é "ingovernável" fora dos "conchavos". Ainda ontem, durante lançamento da campanha publicitária pela reforma da Previdência, em Brasília, o presidente reforçou o tom amigável ao falar sobre o Congresso, onde a proposta de emenda constitucional (PEC) é apreciada. "Eu agradeço ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que, em conversas, são unânimes em dizer sobre a necessidade da reforma da Previdência", disse Bolsonaro.

Ele acrescentou que gostaria de receber mais parlamentares para conversar e que não o faz por falta de espaço na agenda. Na avaliação do presidente, os encontros seriam determinantes para corrigir "possíveis equívocos" que atrapalham a comunicação entre os Poderes. O presidente afirmou ainda estar confiante de que a reforma da Previdência será aprovada no Congresso "com o menor número possível de emendas".

"Nas minhas viagens ao exterior, a gente ouve que se o Brasil aprovar a reforma da Previdência, sairá da estagnação em que se encontra rumo à sonhada

prosperidade. Isso passa por todos vocês, parlamentares. Até porque em Estados onde o governo é oposição, conversando reservadamente, eles dizem que precisam da reforma. E sei que no fundo eles vão se empenhar para que esse objetivo seja alcançado", disse Bolsonaro.

Antes do presidente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou estar convicto de que a reforma será aprovada até o início de julho. "Os parlamentares sabem que ela é fundamental para o presente e o futuro do país", disse. "Temos diferenças ideológicas, de concepção de país, de concepção de governabilidade, mas há uma responsabilidade que está acima de nós", complementou o ministro.

Em seu discurso, na Firjan, o presidente chamou os empresários de "verdadeiros heróis pelo que têm de enfrentar" a burocracia do Estado, no Brasil, e defendeu a redução e simplificação de impostos. Ele citou, como exemplo, o caso do Texas (EUA), Estado americano onde esteve recentemente, conhecido por baixas tributações.

"É um sinal de que quanto menos a gente tributa, quanto menos a gente interferir, maior é o movimento [econômico] disse, conclamando o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, a baixar as alíquotas em momento no qual a Fazenda estadual trabalha para incrementar receitas devido à crise fiscal.

Em boa parte de sua fala Bolsonaro também atacou o processo de licenciamento ambiental de obras públicas ou privadas. "A questão ambiental virou um óbice para o Brasil. Em tudo o MP [Ministério Público Federal] se mete, às vezes com razão, às vezes não, e inviabiliza a obra", criticou.

Nesse sentido, Bolsonaro citou a proibição de atividade humana na Estação Ecológica de Tamoios na Baía de Ilha Grande (RJ), a demora média de dez anos para aprovação de pequenas centrais hidrelétricas e o atraso nas obras do linhão de transmissão de energia entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Por mais de uma vez, Bolsonaro rebateu críticas a seu governo e as atribuiu ao combate de interesses corporativos. "Cada vez que a gente toca o dedo em uma ferida, um exército de pessoas influentes se volta contra mim", disse. **(Com Folhapress)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 21/05/2019****Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: 'Petrobrás e Estados têm de sair da distribuição'**

Empresário, que é controlador da Comgás, defende quebra do monopólio de gás, em discussão no governo

Um dos principais empresários do País, Rubens Ometto Silveira Mello, controlador do Grupo Cosan, defende a quebra de monopólio de gás, que está em discussão no governo. Sócio da distribuidora de combustíveis Raízen, com a Shell, e dono da Comgás, Ometto diz que a Cosan tem interesse em fazer mais investimentos no setor de gás.

O governo estuda quebrar o monopólio da Petrobrás no gás. Como o sr. acompanha o assunto?

Tenho visto uma preocupação do governo em melhorar o sistema de distribuição, não só de combustíveis, mas também de gás. No caso do gás, o governo começou a buscar alternativas para a redução do preço.

Mas ainda há resistências...

Os ministros da Economia, Paulo Guedes, e o de **Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite**, começaram a analisar e detalhar o programa. O custo do gás pode ser reduzido. O que acontece no Brasil é que todo o gás é produzido e majoritariamente distribuído pela Petrobrás. Isso dá poder à Petrobrás muito grande.

Como isso pode mudar?

Há planos de melhorar a infraestrutura. Há as rotas 1, 2 e 3 (de escoamento de gás natural do pré-sal), mas é preciso investir mais para que as moléculas (de gás) cheguem às distribuidoras competitivas. Na distribuição (São Paulo e Rio de Janeiro são os Estados com grandes redes), é preciso criar mercado. A maioria das distribuidoras está com a Petrobrás e nas mãos dos Estados. O sistema tem de ser privatizado.

Mas muitos Estados podem perder receita. Como se resolve essa equação?

É melhor ganhar receita vendendo (o negócio) do que ficar disputando e investindo o dinheiro que não tem. Deixa para iniciativa privada. Com maior consumo, os Estados vão ter maior arrecadação.

Há interesse privado em investir em todos os Estados?

Tem de criar mercado, estimulando energia barata. É muito pior ter uma quantidade maior de gás do pré-sal e não ter o consumo. Para isso, é preciso ter a distribuição.

A Petrobrás começou a estudar mudanças. A iniciativa privada participa dessas discussões?

Não formalmente. Há conversas entre Petrobrás e o governo. O ministro Guedes tem a consultoria de (Carlos) Langoni, que mostra que o buraco é mais embaixo, (envolve) o custo da molécula e a falta de infraestrutura para distribuir esse gás. A iniciativa privada pode trazer investimentos.

A Cosan poderá investir mais e avançar para fora de São Paulo?

Sim, e pode também ampliar sua atuação no Estado de São Paulo. A Gás Brasileiro (da Petrobrás) atua em cidades importantes de São Paulo que poderiam ser grandes consumidores, mas não têm infraestrutura. Enquanto eles investem de R\$ 15 milhões a R\$ 20 milhões por ano, a Comgás investe mais de R\$ 800 milhões.

O que é preciso para levar esse assunto adiante?

Os governos estaduais e a Petrobrás têm de sair da distribuição. Os Estados não têm dinheiro, e a Petrobrás não tem interesse. É preciso investir em infraestrutura e na geração de gás. (Mas) a iniciativa privada não investe em países que não tenham segurança jurídica e não garantam a estabilidade reguladora.

Como se evita isso?

Não mudar o que foi estabelecido. Falei para o presidente (Jair Bolsonaro) que o empresário não liga quando perde dinheiro com erro de estratégia ou cálculo. Só não pode ter prejuízo por interferência política.

Mas Bolsonaro já sugeriu segurar o preço do diesel...

Apesar de as repercussões terem sido muito ruins à época, o presidente não teve problema de corrigir uma coisa que estava indo na direção errada. Ele ouviu o Guedes, que é contra intervenção do Estado e a favor do livre mercado.

A economia está demorando a se recuperar. A Cosan pode rever investimentos?

Não. Acreditamos no País. Ficamos preocupados com algumas ondas políticas. Vamos deixar que as reformas sejam aprovadas e a segurança jurídica seja mantida.

As usinas de etanol no Nordeste defendem a venda do combustível diretamente no posto. Como o sr. vê esse movimento?

Quem defende isso tem a ideia errada de que a venda direta sai mais barata. É uma falácia, sem contar que a sonegação de imposto vai aumentar e arrecadação diminuirá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Situação só piorou, dizem caminhoneiros um ano após greve que paralisou o País

Um ano após greve

Com o fim do subsídio, categoria afirma que diesel está hoje mais caro do que estava em maio de 2018 e que tabela de fretes não funciona

Há um ano, os caminhoneiros iniciavam uma greve histórica que paralisou o Brasil por dez dias e provocou o desabastecimento da população. Faltou combustível nos postos e vários produtos sumiram das prateleiras dos supermercados. O resultado foi uma redução de quase R\$ 48 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, uma ruptura na confiança e alta da inflação no período. Os protestos foram iniciados por caminhoneiros autônomos por causa da escalada do preço do óleo diesel, cuja política da Petrobrás previa aumentos semanais.

De abril para maio de 2018, o preço médio do litro subiu cerca de R\$ 0,20 e alcançou R\$ 3,62 – o que desencadeou uma sequência de bloqueios nas estradas de todo o País. A resposta do governo veio em forma de subsídio de até R\$ 0,46 por litro do combustível e a criação da tabela do frete. Um ano depois, no entanto, as queixas dos caminhoneiros continuam latentes. Para eles, a situação piorou. Após o fim do subsídio em dezembro, o diesel voltou a subir e, na semana passada, já havia superado o preço médio de maio de 2018.

A tabela do preço mínimo do frete também não funciona adequadamente. E, para piorar o quadro, o fraco desempenho da economia tem diminuído o volume de carga para transportar. Nos próximos dias, o Estado trará

reportagens mostrando a dependência do País do transporte rodoviário, a busca por alternativas, como a cabotagem, e a rotina dos motoristas nas estradas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/05/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: WhatsApp é o canal mais usado para categoria manifestar insatisfação

Internet "empoderou" caminhoneiros, mas criou desavenças; maior queixa tem sido a falta de união

Da boleia do caminhão, eles dispararam mensagens e áudios que, em questão de minutos, podem viralizar nas redes sociais. Desde o ano passado, quando os caminhoneiros conseguiram organizar a histórica greve que paralisou o Brasil por dez dias, o WhatsApp virou o canal mais usado pelos motoristas para manifestar a insatisfação com as condições da categoria. Ali, eles encontraram uma forma de se expressar e interagir com o maior número de pessoas possível. Desde a greve de 2018, o Estado acompanha as discussões dos caminhoneiros em cinco grupos de WhatsApp, com mais de 700 integrantes.

São cerca de 2 mil mensagens por dia, a maioria de áudios sobre os problemas do setor e a atuação do governo. Normalmente, cada motorista participa de, pelo menos, cinco grupos. O caminhoneiro Nirley de Freitas, que a reportagem acompanhou numa viagem durante quatro dias, está em dez grupos. "Mas sou mais ativos em uns seis." Nos últimos 12 meses, foram várias as ameaças de nova greve. A cada decisão vinda de Brasília, o tom nos grupos de WhatsApp aumentava e exigia alguma posição do governo – mesmo que fosse para adiar o problema. Mas o uso maciço do aplicativo também trouxe um efeito perverso à classe.

Ao mesmo tempo que a internet "empoderou" os caminhoneiros, ela também criou desavença. Desde a última ameaça de greve, em abril, quando a Petrobrás anunciou que elevaria o preço do diesel, a questão da união vem permeando as discussões dos caminhoneiros. "Precisamos nos juntar e não nos espalhar. Temos divergência de opinião, mas isso não é pessoal", afirmava um deles, após a briga de alguns integrantes sobre parar ou não. "Nossa classe não tem união, está um lixo. Por isso, estamos na situação em que estamos", reclamava outro. Com a greve do ano passado, eles entenderam o poder que têm sobre a economia do País e cada um passou a se sentir líder dentro dos grupos. Ao mesmo tempo, eles não se sentem representados por aqueles que vão a Brasília discutir melhorias com o governo – o que divide os profissionais.

Um exemplo é Wallace Costa Landim, conhecido como Chorão. Depois de liderar as negociações na greve de 2018, ele passou a ser questionado pelos motoristas. Nesse momento, surgiu, pelo WhatsApp, outros candidatos a ocupar o posto, como Wanderlei Dedeco. Mas ele também não foi unanimidade. Dedeco movimentou os grupos de caminhoneiros para uma nova greve entre abril e maio até ser convidado pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, para uma reunião. A ida do "líder" a Brasília azedou ainda mais o humor dos motoristas que passaram a criticar e até ameaçar Dedeco. "Para mim, o Dedeco virou uma questão pessoal.

Ele foi muito deselegante ao usar a categoria para se promover", dizia o integrante de um grupo. Tanto Chorão quanto Dedeco afirmam que trabalham em prol dos caminhoneiros. O fato é que, com medo de uma nova greve que começava a ser organizada pelo aplicativo, o governo correu para tentar apaziguar a situação e prometeu melhorias. A reboque da movimentação, a equipe de Jair Bolsonaro decidiu lançar um pacote de medidas para o setor. Mas o plano só serviu para colocar mais lenha na fogueira. Uma das soluções encontradas foi criar uma linha de crédito para manutenção dos caminhões, com taxas menores. "Estão dando corda para a gente se enforçar. Como vamos pegar crédito se a maioria de nós está com o nome sujo na praça", questionavam eles nos grupos de WhatsApp.

Nesses 12 meses, os caminhoneiros passaram a enfrentar dificuldade por causa da crise econômica, impulsionada em partes pela própria greve. Muitos têm encontrado dificuldade para conseguir frete e, no desespero, acabam aceitando fazer o transporte por preços abaixo da tabela do frete mínimo – conseguida após a greve de 2018, mas que até hoje não funciona plenamente. "A situação está difícil. Ninguém paga a tabela, o combustível só sobe e o nosso poder de compra só cai", reclamava outro motorista no início do mês de maio, quando outra greve começou a ser discutida. Até agora, uma nova greve só não ocorreu porque a maioria dos caminhoneiros são eleitores de Bolsonaro e querem dar um tempo para o presidente "trabalhar".

Eles entendem que uma nova paralisação afetaria ainda mais a economia e prejudicaria o presidente. "Nosso governo trabalha em prol do Brasil, mas a imprensa tenta queimar o governo", discutiam eles, tentando abafar o movimento que queria parar em 13 de maio. "Nunca tivemos nenhum governo que se empenhasse tanto com a nossa categoria", emendava outro integrante. Nos últimos dias, cresceu também o apoio dos motoristas à manifestação marcada para o dia 26 de maio a favor de Bolsonaro e contra o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Congresso. "Vamos libertar o homem (Bolsonaro) das amarras e depois vamos cobrar dele o nosso apoio e a retribuição ao nosso esforço", dizia um motorista.

Mas esse discurso também não tem unanimidade, mesmo entre aqueles que votaram em Bolsonaro. "Não vamos parar porque votamos no Bolsonaro? Isso daqui não é política. Estamos atrás da nossa causa. Esse governo é tudo da mesma laia", dizia um caminhoneiro. "Dar perdão da dívida para os empresários do agronegócio ele pode; abrir os cofres do BNDES, ele pode; só não pode ajudar quem ajudou a eleger ele."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Rendimento de autônomos caiu 20%, aponta estudo

Enquanto caminhoneiros perderam receita, transportadoras registraram aumento de 28% em faturamento

A greve dos caminhoneiros trouxe efeitos colaterais para todo o setor, entre eles queda na receita dos caminhoneiros e aumento na das transportadoras. Estudo dos economistas Cristiano Aguiar de Oliveira e Rafael Mesquita Pereira, da Universidade Federal do Rio Grande, mostra que o rendimento dos proprietários de caminhão subiu 28% depois da paralisação, enquanto o dos autônomos caiu 20%. "Com o tabelamento do frete, houve concentração de carga nas transportadoras.

O produtor preferiu as empresas aos autônomos por haver uma relação mais estável", diz Oliveira. De acordo com os autores, as transportadoras têm maior poder de barganha e conseguem impor o valor mínimo do frete para os produtores. Também após a greve, houve grupos empresariais que, com medo de ficarem novamente reféns dos caminhoneiros, compraram frota própria. "Ou seja, não melhorou nada. Piorou a vida dos autônomos", diz Ivar Schmidt, representante do Comando Nacional do Transporte (CNT). Segundo ele, mesmo com as fiscalizações, a tabela do frete mínimo não é cumprida e há uma série de contestações na Justiça contra a medida.

Schmidt, que comandou a greve de 2015, defende a aplicação da jornada de trabalho. Ao obrigar os caminhoneiros a cumprirem uma determinada carga horária, um número maior de motoristas teria acesso ao frete. Isso equalizaria a questão do descompasso entre oferta e demanda no mercado. Ele lembra que há cerca de 300 mil caminhões sobrando no País. O professor Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral, explica que esse cenário de sobre-oferta começou a ser desenhado há alguns anos quando o governo incentivou a venda de caminhões com dinheiro barato do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mas esse incentivo não foi acompanhado de uma política de substituição de caminhões nem de formação de frete, diz. Assim, as empresas passaram a renovar as frotas e repassavam os caminhões mais velhos para os autônomos. Para ele, o centro do problema dos caminhoneiros continua sendo a política de preços da Petrobrás. "O que foi prometido até agora são paliativos momentâneos para lidar com uma paralisação iminente." Wallace Landim, conhecido como Chorão, diz que está apresentando para o governo um projeto de pontos de parada, que é essencial para implementar a jornada de trabalho. Hoje, se todos os caminhoneiros cumprissem uma carga menor, não haveria lugar para eles pararem, dizem os motoristas. "Estamos na UTI e o nosso remédio é o governo. Estamos buscando o remédio para salvar a categoria." / R.P. e LUCIANA DYNIEWICZ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/05/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Novo bloqueio deve ser inferior a R\$ 5 bi

Valor de contingenciamento deve ser definido até amanhã e equipe econômica teme, após protesto da semana passada, efeitos dos cortes

Após os cortes no Orçamento da Educação terem levado a população às ruas e diante do risco de um apagão na máquina pública, a equipe econômica avalia meios de blindar ministérios dos efeitos do novo bloqueio nas despesas. Por essa razão, o contingenciamento a ser anunciado nesta semana deve ficar abaixo de R\$ 5 bilhões, segundo apurou o "Estado/Broadcast". O valor é menor que as projeções iniciais feitas pela área econômica, mas ainda assim tem potencial de agravar a situação já delicada enfrentada pelos órgãos públicos. Existe a possibilidade de o corte ficar ao redor dos R\$ 3 bilhões, mas os cálculos finais ainda estão sendo feitos.

O valor do novo contingenciamento precisa ser anunciado amanhã pelo Ministério da Economia, mas o detalhamento da distribuição do bloqueio entre as pastas só deve ser informado na semana seguinte. O governo anunciou em março um aperto de R\$ 29,8 bilhões para assegurar o cumprimento da meta fiscal, que permite déficit de até R\$ 139 bilhões. Ainda assim, o novo corte será necessário devido à revisão nas projeções de crescimento deste ano. A equipe econômica esperava alta de 2,2% no Produto Interno Bruto (PIB), mas essa estimativa deve cair ao redor de 1,5% a 1,6%, o que resulta em frustração nas receitas federais. A nova rodada de contingenciamento só ficou menor porque nos últimos dias os técnicos refizeram cálculos das despesas obrigatórias e encontraram gastos menores.

Por isso, o novo bloqueio será menos drástico que a faixa de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões cogitada inicialmente. Com isso, a área econômica estuda a possibilidade de "queimar" a reserva de contingência de R\$ 5,4 bilhões para evitar um aperto adicional nos ministérios. Essa reserva é um espaço no Orçamento constituído para amortecer eventuais imprevistos ou necessidades emergenciais de órgãos. O governo vinha tentando preservar essa reserva porque ainda não acabou o primeiro semestre e as projeções de crescimento continuam derretendo, o que pode se reverter em novas frustrações de receitas. O último Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostrou que analistas esperam, em média, uma alta de 1,24% no PIB este ano, bem abaixo já da nova projeção do governo.

Além disso, o governo ainda não pode contar com receitas da privatização da Eletrobrás e do megaleilão de áreas do pré-sal, que só poderão ser incluídas no Orçamento quando a equipe econômica tiver um documento dos órgãos responsáveis por essas operações apontando a expectativa de realização dos leilões ainda este ano e as estimativas de arrecadação. Desgaste. O governo acredita que o novo aperto no Orçamento, mesmo sendo menor do que o inicialmente previsto, tem potencial para ampliar o desgaste com a população e com o próprio Congresso Nacional, uma vez que um bloqueio pode ter reflexo sobre as emendas parlamentares.

O corte pode dificultar também o desempenho das atividades dos ministérios, que já têm lidado com atrasos em pagamentos e redução de investimentos. As despesas discricionárias, que incluem custeio e investimento e são as únicas passíveis de bloqueio, já estão pouco abaixo dos R\$ 90 bilhões. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado calcula que o mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública fica em torno de R\$ 75 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Risco de mais um rompimento em Minas é de até 15%

Desmoronamento poderá desencadear destruição de barragem em Barão de Cocais. Lama atingiria cidade em 1 hora e 12 minutos

A barragem do complexo minerário de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), tem risco entre 10% e 15% de se romper, disse ontem o secretário estadual de Meio Ambiente de Minas, Germano Vieira, citando inspeção feita por auditoria independente. O colapso da estrutura pode acontecer caso desmorone o talude, encosta que dá sustentação à mina que pertence à Vale.

O secretário disse ainda que o talude vai desmoronar. "O prognóstico se mantém. Todas as avaliações técnicas da empresa foram confirmadas por uma auditoria independente. Então o cenário de ruptura do talude vai acontecer. Não se consegue um prognóstico se a data é do dia 21 a 26, pode ser um dia a mais ou um dia a menos", disse, em entrevista depois de workshop sobre o setor de mineração realizado pelo governo de Minas.

A previsão inicial divulgada pela Defesa Civil estadual era de que o talude se rompesse entre o domingo passado e a próxima sexta-feira, prazo que agora foi estendido para o próximo domingo, dia 26. "Adianto para vocês que o consultor dessa auditoria independente, que é estrangeira, registrou que essa chance (de o desmoronamento afetar a barragem) é de uma em dez ou uma em oito, o que levaria entre 10% a 15% de probabilidade. Mas mesmo assim lidamos ainda com algo imponderável", avaliou o secretário.

Segundo Germano, a movimentação do talude ocorria há oito anos "de maneira natural", mas se "intensificou nos últimos momentos". "Face a isso, a empresa informou na semana passada aos órgãos públicos que o fato era grave", disse. Não é possível dizer, conforme o secretário, se o deslizamento ocorrerá de uma só vez. A movimentação do talude da mina de Gongo Soco subiu de 4 centímetros por dia para 7 centímetros por dia, conforme informações da Agência Nacional de Mineração (ANM).

E um outro cenário foi identificado no complexo da Vale. Segundo Germano, a água que está dentro da cava poderia ser expelida com o desmoronamento do talude. Porém, a informação é que, neste caso, pelo relevo local, a água desceria para leste, e não para o sentido sul, onde está a barragem. Se fosse na direção da represa, seria mais pressão contra a parede de estrutura.

Emergência. Moradores da chamada zona de autossalvamento, a que fica mais próxima da mina, foram retirados do local no dia 8 de fevereiro. Elas moravam muito perto da área, nas comunidades de Piteiras, Socorro, Tabuleiro e Vila do Gongo, e poderiam ser engolidas pela lama sem tempo para reação, caso houvesse rompimento da barragem.

No dia 22 de março, o nível de alerta foi elevado para 0 3, ponto máximo de risco, o que indica ruptura iminente. Sirenes foram acionadas na cidade e a Vale passou a realizar treinamentos de evacuação de emergência com os cerca de 6 mil moradores que vivem no centro de Barão de Cocais. Eles poderão ser atingidos pela lama em 1 hora e 12 minutos após a ruptura da barragem.

Contenção. A Vale também iniciou obras para tentar conter a lama, em caso de rompimento da barragem. Está sendo feita terraplenagem para construção de um muro, segundo a empresa. A estrutura fica entre a represa e o município.

Houve ainda, conforme a empresa, início de colocação de telas metálicas e blocos de granito. Desde a elevação do nível de alerta para rompimento, autoridades abordaram a questão da segurança de trabalhadores em obras que pudessem ser feitas para conter a lama.

Em nota, a Vale disse ter elaborado planos que contêm procedimentos de segurança para garantir a integridade física dos trabalhadores. "Foi autorizada à Vale a utilização de trabalhadores para os trabalhos descritos nos referidos documentos."

- VEÍCULO: O Globo

Data: 21/05/2019

Seção: O País

Autor: JOÃO PAULO SACONI

Título: Chance de barragem em MG se romper é de até 15%

Desabamento de parede da mina de Gongo Soco vai acontecer ainda esta semana, diz secretário

Após a Vale comunicar ao Ministério Público que o talude norte da cava da mineração Gongo Soco, na cidade mineira de Barão de Cocais, pode se romper, o secretário de Meio Ambiente do Estado, Germano Viera, apresentou ontem dados de uma auditoria externa à mineradora que apontam que a ruptura do talude já é praticamente dada como certa. O relatório diz ainda que a chance de ocorrer também o rompimento da barragem Sul Superior, localizada a cerca de 1,5 km de distância, varia entre 10% e 15%.

De acordo com o secretário, o prazo para que isso aconteça pode variar entre os dias 21 e 26, hoje e domingo, com "um dia a mais ou a menos". Segundo Vieira, a movimentação do talude é natural e já era registrada desde 2011, mas se intensificou nos últimos meses.

— O cenário de ruptura do talude vai acontecer. Os especialistas concordam com a avaliação que foi feita. Não é possível precisar se será todo de uma vez ou se será em partes. Em vista disso, é preciso fazer o monitoramento 24h — afirmou o secretário, que citou o risco de a ruptura do talude levar ao rompimento da barragem:

— A partir da ruptura do talude, pode haver vibração na barragem e isso pode ser o gatilho para um procedimento de liquefação dela. Por isso, está sendo feito o monitoramento dessas vibrações.

A barragem Sul Superior tem a metade da capacidade da barreira de contenção que se rompeu em Brumadinho, no fim de janeiro. A tragédia deixou 241 mortos e ainda há 29 desaparecidos.

Segundo o secretário, outro impacto ambiental negativo que pode acontecer a partir do rompimento do talude, em Barão de Cocais, é a liberação da água contida dentro da cava da mina. Se isso ocorrer, segundo ele, a água deve ir em direção ao leste e não ao sul, onde se localiza a barragem. Embora não atinja a estrutura, a água pode chegar ao leito de rios, motivo de preocupação para o governo e para especialistas.

A Vale afirma que firmou um memorando de entendimento no dia 16 de abril com a empresa Rizzo International para realizar serviços de auditoria independente de algumas de suas barragens, entre elas a Sul Superior. Os pontos do termo que envolvem o trabalho de auditoria ainda estariam em discussão com o MP. Segundo a companhia, um consultor da Rizzo Internacional visitou as estruturas da mina pela primeira vez no último sábado e nenhum posicionamento formal teria sido apresentado durante a visita. O MP de MG não se posicionou sobre o parecer da consultoria.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Plataformas obsoletas

A Petrobras vai leiloar as plataformas P-07, P-12 e P-15, da Bacia de Campos (RJ). Estão obsoletas e devem ser sucateadas. Quem bate o martelo é o leiloeiro João Emílio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Gil Castello Branco

Título: O contingenciamento e papai noel

Em 2008, em entrevista concedida ao jornal "Gazeta do Povo", do Paraná, o então ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afirmou: "Contingenciamento é como o Natal: acontece todos os anos".

É verdade. Contingenciamento é medida recorrente. Trata-se do bloqueio temporário de recursos para ajustar o orçamento aprovado no ano anterior ao real comportamento das receitas e despesas, de forma a que o governo possa

cumprir a meta fiscal. Ao longo do ano, dependendo da conjuntura econômica, o contingenciamento pode ser reduzido, ampliado e até tornar-se, de fato, corte efetivo. A contenção dos gastos ocorre nas despesas discricionárias, como limpeza, luz, água, obras e equipamentos. Não são afetadas as despesas obrigatórias, como os salários, pois não há como deixar de pagá-las.

Desde 2009, pelo menos, o orçamento do Ministério da Educação sofre contingenciamentos, com exceção de 2013 e 2014, ano de eleição presidencial. O maior deles ocorreu em 2015, quando foram bloqueados R\$ 9,4 bilhões. Naquele exercício, somados todos os órgãos federais, o contingenciamento atingiu R\$ 70 bilhões, o maior da história.

Neste ano, o governo bloqueou cerca de R\$ 30 bilhões. Em 2018, a expectativa era de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceria 2,5% em 2019, o que não irá acontecer. Há risco até de um novo resultado negativo. O menor volume de transações econômicas reduz a arrecadação dos impostos, diminui a receita e inviabiliza o alcance da meta estipulada pelo Congresso, de déficit de R\$ 139 bilhões. Se o presidente descumprir a meta sem o aval do Legislativo, cometerá crime de responsabilidade e estará sujeito ao impeachment.

Em valores absolutos, o maior bloqueio de verbas discricionárias foi mesmo na Educação, que teve sustados R\$ 5,7 bilhões no decreto de contingenciamento. Proporcionalmente, porém, o ministério mais afetado foi o de Minas e Energia, que está impedido de executar R\$ 3,8 bilhões, quase 80% de seu orçamento de despesas discricionárias. A Defesa perdeu 38% e a Infraestrutura, 39%. Nesse ranking, a Educação aparece com a nona maior perda, com o percentual de 24,6%.

O bloqueio de verbas das universidades trará, sem dúvida, inúmeras dificuldades para as instituições. Mas é só a ponta do iceberg com o qual o país irá colidir se mantiver o rumo atual. Estudo da Contas Abertas mostra a situação dramática:

Por incrível que possa parecer, embora 1/3 dos domicílios brasileiros não possua esgoto, o contingenciamento bloqueou 31,5% das verbas de saneamento. Depois do que vimos em Mariana e Brumadinho, e do que está para acontecer em Barão de Cocais, foram bloqueados 24,8% em verbas de ação relacionada à segurança de barragens. Existem 13 milhões de desempregados, e o bloqueio de iniciativas ligadas ao emprego alcançou R\$ 59,2 milhões. Uma das poucas atividades bem-sucedidas para minorar os impactos dos desastres ambientais, o alerta de cheias e inundações, teve suspensão de verbas de 20,4%. A dotação para prevenção de uso de drogas foi 100% contida. E o que dizer do bloqueio médio de 35,8% em ações de proteção

dos direitos humanos, incluindo idosos, indígenas, comunidade LGBT e outros segmentos?

A OAB, o Ministério Público, o Legislativo, o Judiciário, e todos os agentes que estão debatendo o contingenciamento nas universidades, precisam ir além. É imprescindível focar no problema central, ou seja, nas reformas que reduzam o tamanho do Estado e o déficit público, notadamente as despesas com pessoal e previdência, que crescem ano a ano e comprimem as demais.

A economia está na UTI. De 2014 a 2018, o déficit primário (sem o pagamento dos juros) acumulado foi de R\$ 535,4 bilhões! Em março, a dívida pública atingiu 74,8% do PIB. Nesta semana, novo contingenciamento será anunciado.

O bloqueio do orçamento é um paliativo que baixa a febre, mas não cura a doença. Tal como disse o petista Paulo Bernardo, o contingenciamento acontece todos os anos, como o Natal. Mas não dá para esperar que o equilíbrio das contas públicas seja um presente de papai noel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/05/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Maiores infratores ambientais são os que menos pagam ao Ibama

Levantamento aponta que, em dez anos, apenas 0,54% do valor aplicado em multas superiores a R\$ 1 milhão foi quitado

A impunidade que predomina entre infratores ambientais tem uma característica: quanto mais grave é a infração e maior o valor da multa aplicada pelos fiscais do Ibama, menor é o índice de pagamento por parte dos autuados. É o que revela um levantamento do GLOBO no banco de dados públicos do órgão.

A análise considera todas as multas julgadas nos últimos dez anos. Apenas 0,54% do valor daquelas superiores a R\$ 1 milhão foi efetivamente pago. Já entre as multas de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, a proporção de pagamentos é oito vezes superior. Nessa faixa, o levantamento encontrou R\$ 971,2 milhões em multas. Ao todo, R\$ 43,5 milhões foram pagos, 4,48% do total.

Já entre as multas de R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão, que somam R\$ 8,2 bilhões, os pagamentos foram de R\$ 54,3 milhões (0,66%). A faixa entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões soma R\$ 8,5 bilhões, com quitações de apenas R\$ 28,6 milhões (0,33%). Autuações acima de R\$ 5 milhões ultrapassam R\$ 15,5 bilhões em dez anos, e os pagamentos são na ordem de 0,65%, ou R\$ 101,7 milhões.

BAIXO RETORNO AOS COFRES

O índice de pagamento de multas ambientais é historicamente baixo. A impunidade ajuda a explicar a reincidência de crimes. O baixo retorno aos cofres públicos, a partir da punição por infração ambiental, já havia sido detectado por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo próprio Ibama, em seus relatórios de gestão. O problema também está no horizonte do governo de Jair Bolsonaro, ele próprio multado pelo Ibama, mas livre do pagamento da multa e crítico feroz da fiscalização empreendida. O presidente entende haver uma “indústria da multa”.

Na Câmara, a discussão passou a mobilizar parlamentares que atuam em frentes de meio ambiente, que planejam apresentar uma representação ao Ministério Público Federal (MPF) para que se investigue negligência administrativa e se apure a responsabilidade de gestores. Os parlamentares também querem que o MPF cobre mecanismos para que o problema não continue ocorrendo.

A base da representação do grupo de parlamentares é um levantamento do gabinete do deputado Elias Vaz (PSB-GO). Dados de 2000 a 2018 apontam que, entre as multas com valor de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, o valor pago foi de 5,86%. Acima de R\$ 5 milhões, esse índice foi de 1%.

Ao GLOBO, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o governo estuda “várias hipóteses” sobre o que fazer em relação a esse estoque e que a anistia não está em discussão. Um decreto de Bolsonaro estabeleceu uma nova fase processual dentro do Ibama, com possibilidades amplas de conciliação e conversão da multa, o que só se aplica a futuras autuações.

— Buscamos tornar mais efetiva a conciliação, mas, para o que passou, vale o regramento anterior — disse.

Em relatório do mês passado, a CGU detectou diversos problemas no Ibama que impedem a punição mais efetiva. “O atual modelo de processamento se mostrou ineficiente, com capacidade operacional deficiente no julgamento de autos acima de R\$ 100 mil e nas decisões em segunda instância”, diz o órgão.

Os próprios relatórios de gestão do Ibama registram índices baixíssimos de pagamento de multas. Em 2015, o índice foi de 0,55% do valor autuado. Em 2017, de 0,3%. Os registros do Ibama mostram, por exemplo, que 16 autuações, no valor total R\$ 393,3 milhões, foram aplicadas à Samarco, responsável pela tragédia em Mariana (MG) em 2015, quando o rompimento de uma barragem de rejeitos matou 19 pessoas. Nenhuma multa foi paga até o fim de 2018.

A Petrobras tem 172 infrações em aberto, que somam R\$ 175,8 milhões. A Valec, estatal de ferrovias, foi multada em R\$ 4,75 milhões na construção da Norte-Sul. As obras das usinas de belo monte, no Pará, e de Santo Antônio, em Rondônia, também ocorreram em meio a autuações. A Norte Energia, responsável pela primeira usina, foi multada em R\$ 79,4 milhões, e nada foi quitado. A Santo Antônio Energia foi multada 13 vezes: os processos referentes a 11 autuações, no valor de R\$ 21,4 milhões, estão em tramitação; duas foram pagas, no valor de R\$ 234 mil.

MME / ASCOM .